

O gesto pedagógico da professora Chiquinha Leite (c.1840-1911) e a economia do diamante no Tijuco/MG no século XIX

The pedagogical gesture of teacher Chiquinha Leite (c.1840-1911) and the diamond economy in Tijuco/MG in the 19th century

El gesto pedagógico de la maestra Chiquinha Leite (c.1840-1911) y la economía diamante en Tijuco/MG en el siglo XIX

Danilo Arnaldo Briskievicz¹

Resumo

Apresentamos o contexto social da trajetória de vida da professora Francisca Leite Teixeira nascida em Diamantina/MG e que atuou na primeira escola mista de Três Barras, na região do Norte de Minas. Aprofundamos as relações entre instrução pública e economia do ouro e do diamante, ensaiando aproximações entre as formas de ganhar a vida com o tropeirismo e dedicar-se ao magistério como carreira necessária para superar as crises econômicas regionais do século XIX. A metodologia baseia-se em levantamento de fontes primárias como testamentos e registros cartoriais que dão vazão ao estudo, dialogando com autores fundamentais para a análise regional. Como conclusão pretende-se ampliar o campo de observação de como era possível a atuação da mestra Chiquinha Leite no Norte de Minas do oitocentos.

Palavras-chaves: História da educação; Instrução pública; Trajetória de vida.

Abstract

We present the social context of the life trajectory of teacher Francisca Leite Teixeira, born in Diamantina/MG and who worked at the first mixed school in Três Barras, in the North of Minas. We deepen the relationship between public education and the gold and diamond economy, rehearsing approximations between the ways of earning a living with tropeirismo and dedicating oneself to teaching as a necessary career to overcome the regional economic crises of the 19th century. The methodology is based on a survey of primary sources such as wills and notarial records that give vent to the study, dialoguing with fundamental authors for the regional analysis. As a conclusion, it is intended to expand the field of observation of how it was possible for the master Chiquinha Leite to work in the North of Minas in the 19th century.

Keywords: History of education; Public instruction; Life trajectory.

¹ Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) campus Santa Luzia. Belo Horizonte Minas Gerais, Brasil. Este artigo é parte da pesquisa realizada em estágio pós-doutoral desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da PUC Minas sob supervisão do professor Dr. Carlos Roberto Jamil Cury entre 2021 e 2022. Belo Horizonte. E-mail: doserro@hotmail.com

Resumen

Presentamos el contexto social de la trayectoria de vida de la maestra Francisca Leite Teixeira, nacida en Diamantina/MG y que trabajaba en la primera escuela mixta de Três Barras, en el Norte de Minas. Profundizamos en la relación entre la educación pública y la economía del oro y los diamantes, ensayando aproximaciones entre las formas de ganarse la vida con el tropeirismo y dedicarse a la docencia como carrera necesaria para superar las crisis económicas regionales del siglo XIX. La metodología se basa en un levantamiento de fuentes primarias como testamentos y actas notariales que dan cauce al estudio, dialogando con autores fundamentales para el análisis regional. Como conclusión, se pretende ampliar el campo de observación de cómo fue posible que el maestro Chiquinha Leite trabajara en el Norte de Minas en el siglo XIX.

Palabras clave: Historia de la educación; Instrucción pública; Trayectoria de vida.

Introdução

Francisca Leite Teixeira nasceu em Diamantina/MG, por volta de 1840 e faleceu em Santo Antônio do Itambé/MG em 1911. Sua vida transcorreu de maneira tranquila e aparentemente linear no Norte de Minas como era de se esperar de uma menina de família de classe média ligada ao comércio. Estudou em boas escolas. Conseguiu seu diploma de normalista. Fez o concurso público para professora da escola mista de Três Barras, um povoado entre Diamantina e Serro e passou em primeiro lugar. Colocou sua escola por volta de 1884 e nela permaneceu até cerca de 1901. No total 17 anos de regência escolar no pequeno povoado mineiro. Ela ensinou para seus alunos as primeiras letras e matemática elementar. Escrever, ler e fazer contas, essa era a missão da sua escola. Depois de se afastar da escola de Três Barras, foi morar no Itambé e comprou uma fazenda de 80 alqueires em Casa de Telha. Seu último registro documental é de 1911, ano provável de sua morte. Não teve filhos. Não se casou. Seu testamento não foi localizado em arquivos públicos.

Chiquinha Leite viveu numa sociedade patriarcal que aparentemente se abria para a participação da mulher no mercado de trabalho. Mas sabemos que a instrução pública não era uma profissão qualquer, posto que era um espaço de debates sobre a moralidade pública, sobre o projeto de nação brasileira ou mesmo de formação dos filhos da elite comercial e política do Norte de Minas. Chiquinha Leite teve que provar adequação ao sistema patriarcal presente na concepção de ensino, especialmente o de primeiras letras ou alfabetização. Exigia-se da mulher, da mestra, da regente de classe o cuidado com o ensino e o sentimento feminino maternal para lidar com as crianças. Essa mística da identidade feminina docente era

permeada de patriarcalismo. Professora, desde que moralizada, cuidadora e afetuosa. Assim se deu a “chamada feminização do magistério” (FARIA FILHO et al., 2005, p. 53) no século XIX.

Contudo, Chiquinha Leite soube atuar nas fendas da sociedade patriarcal do Norte de Minas oitocentista. Fendas provisórias e muito bem vigiadas². Nada fácil conviver com tantas tradições. Um longo passado colonial e imperial pesava sobre a vida das mulheres.

Por isso, para desenvolver o tema da história da educação tendo como foco a trajetória de vida da mestra Chiquinha Leite, precisamos deixar claro que não podemos resumir sua biografia em poucas linhas, destacando apenas os documentos de sua escola. Antes, é necessário buscar no mais fundo do passado mineiro e brasileiro – a economia do ouro e do diamante, o escravismo, o sistema das mercês, o sistema do padroado real, o patriarcalismo familiar – a estruturação do gesto pedagógico colonial que se manteve praticamente intacto no Império e República. Mestra Chiquinha Leite soube atuar nas fendas da sociedade do Norte de Minas, do seu jeito, ao seu modo, com suas escolhas e sua personalidade forte e determinada a ser o que quisesse, ocupando seu lugar de mulher com originalidade e protagonismo.

Dessa forma, os moradores do arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina fundaram, mantiveram e alteraram suas sociabilidades desde o século XVIII em torno dos gestos pedagógicos colonial (1702 a 1822), imperial (1822 a 1889) e republicano (1889 aos dias atuais). Gestos pedagógicos são formas de relações de poder e de autoridade ensinadas para crianças e jovens desde o início de suas sociabilidades. Como conviver uns com os outros. Como apresentar seus desejos e vontades. Pode ser ensinado pelas instituições sociais ou através do ensino informal em rodas de conversas, nas festas populares, no convívio diário entre as pessoas (BRISKIEVICZ, 2021).

É assim que encontramos o por quê de pessoas acatarem a autoridade dos bispos, dos padres, dos oficiais do Senado da Câmara da Vila do Príncipe (atual cidade do Serro, da qual

² Segundo Faria Filho et al., (2005, p. 57) “os dados estatísticos nos mostram que, a partir da década de 1860, há um rápido crescimento do número de mulheres no magistério. Isso parece estar relacionado a vários fatores: às políticas educacionais que passam a considerar cada vez mais legítima e, às vezes, desejável a presença das mulheres na escola pública; ao aumento do número de meninas matriculadas e frequentes na escola pública; às transformações na cultura escolar, fazendo com que esta se torne cada vez mais refratária à presença masculina na sala de aula; à diminuição da idade média do alunado, devido à produção de constrangimentos pedagógicos/morais/culturais à mistura de alunos de diversas idades na mesma sala de aula e, ao mesmo tempo, com a criação de oportunidades de aulas noturnas para jovens e adolescentes trabalhadores”.

Diamantina fazia parte do termo e comarca), dos ouvidores, dos intendentos e contratadores dos diamantes. Muitos não aceitaram e desobedeceram e receberam punições exemplares por isso. Aceitar ou resistir aos poderes e autoridades constituídos criou sociabilidades próprias nas serranias. Contudo, é praticamente impossível expressar o que do gesto pedagógico colonial perdurou no imperial e do imperial no republicano. Ele fundou a civilização serrana colonial, foi testado pelos primeiros habitantes em suas potencialidades e fragilidades. Como fundante, o gesto pedagógico colonial aparece ainda em formas reelaboradas do convívio social.

Na dinâmica vida social os ensinamentos e os aprendizados de cada gesto se mostram hoje na arquitetura das casas, capelas e matrizes (uma das maneiras de acessar a conformação das mentalidades mais antigas, suas formas de ver a morte, por exemplo), assim como como na cultura de maneira geral (as festas religiosas e profanas, a constante reinvenção das tradições ancestrais). Entre tradição e contradição os gestos pedagógicos posteriores ao colonial se organizaram e ainda revelam como os primeiros moradores do arraial do Tijuco pensavam o mundo à sua volta. Eles mostram como os moradores da Vila Diamantina e da cidade Diamantina pensaram a modernização de seus costumes pelo progresso. Também informam como os habitantes de Diamantina se organizaram em torno dos ideais republicanos para conquistar espaços novos e renovados no cenário político regional e nacional. Necessário se faz perceber as continuidades.

O objetivo deste artigo é adentrar através do conceito de gesto pedagógico – colonial, imperial e em menor escala o republicano – na estruturação da economia do ouro e da economia do diamante do antigo arraial do Tijuco desde sua fundação nos primeiros anos do século XVIII e em especial na Diamantina do século XIX. Pretendemos lançar um olhar sobre o contexto social da mestra Chiquinha Leite na Diamantina do século XIX e entender como sua trajetória de vida foi possível no magistério.

Nosso desejo é mostrar como a professora Chiquinha Leite conviveu com esses gestos pedagógicos estruturados em torno da extração cotidiana do ouro e do diamante, forma primária de se conquistar prestígio, notoriedade e opulência. Afinal, a questão central se coloca da seguinte forma: como as sociabilidades de Chiquinha Leite mostram as assimilações e resistências às tradições e contradições dos gestos pedagógicos herdadas de sua

família e da sociedade em que vivia no século XIX, dentro da economia do ouro e do diamante?

De 1729 a 1821 a disputa pelos diamantes

Não se sabe ao certo qual o lugar em que fora achado o primeiro diamante. Não é menos difícil dizer quem fora o primeiro descobridor, ou antes o primeiro conhecedor dos diamantes entre nós. Uns querem que fora Bernardo da Fonseca Lobo, quem os descobrira e manifestara à Coroa. Outra tradição diz que um frade, cujo nome não se declara, tendo vindo ao Tijuco depois de ter estado em Golconda, onde já minerava o diamante [...]. É certo, porém, que no ano de 1729 já os diamantes estavam descobertos e eram explorados, conquanto não fossem bem conhecidos, como se colige das palavras com que começa a primeira portaria de D. Lourenço de Almeida, mandando suspender todas as minerações de ouro nas terras diamantinas e anulando as cartas de datas obtidas do guarda-mor. “Porquanto, diz a portaria, tenho notícia de que em vários rios e ribeiros da Comarca do Serro do Frio tem aparecido e vão aparecendo umas pedrinhas brancas, *que se entende* ser diamantes, e muitas pessoas da comarca tem pedido ao guarda-mor cartas de datas nos tais rios e ribeiros para tirarem ouro...; e porque tenho dado conta a Sua Majestade do descobrimento das pedras, *remetendo-lhe as amostras*, o que também tem feito o Dr. Ouvidor-Geral da Vila do Príncipe Antônio Ferreira do Vale e Melo, e estamos esperando a resolução do dito senhor, para se dar à execução o que ele for servido ordenar, etc.” (SANTOS, 1976, p. 49, grifos do autor).

A clareza da citação que abre esta parte de nosso estudo não deixa dúvidas acerca do pressuposto da economia do diamante: o reconhecimento das autoridades portuguesas de seu grande valor no mercado mundial e a possibilidade renovada de, além do ouro já conhecido desde as explorações em Sabará na segunda metade do século XVIII, criar uma outra fonte de lucro para sua Coroa. O descobrimento do diamante abria uma nova era nas relações entre a Coroa portuguesa e a Capitania de Minas Gerais.

A economia do diamante mudou a história da Comarca do Serro do Frio de uma vez por todas. Isso pode ser evidenciado na mudança radical na vida do descobridor oficial dos diamantes, Bernardo da Fonseca Lobo. Em 1724, o descobridor dos diamantes já havia sido eleito vereador para o Senado da Câmara da Vila do Príncipe, justificando não poder tomar posse do cargo por motivos de doença, o que à época foi tido como motivação verdadeira aos olhos dos outros oficiais. Eleito novamente em 1727, assumiu o seu cargo, apresentando sua carta de usança, ou garantia oficial de direito de posse, expedida pelo escrivão da Ouvidoria.

O que mudou na vida deste “homem bom” desde sua primeira eleição em 1724 e a segunda em 1727?

Absolutamente tudo.

Primeiro, ele transitava entre a Vila do Príncipe e o Tijuco, possivelmente tendo casas de moradia nos dois lugares, o que era muito comum neste período da história da Comarca do Serro do Frio. Prova disso são os laços de parentesco e de formação de famílias entre o arraial e a vila.

Segundo, que entre 1723 e 1724 ele já havia encontrado os diamantes no córrego tijucano, mas não sabia que se tratavam dos primeiros descobertos no ocidente, pedras exploradas e conhecidas até então apenas na Ásia, mais precisamente na Índia e em Bornéu.

Terceiro, que após a confirmação da autenticidade dos diamantes oficializada pela Coroa portuguesa em 1729 sua história mudou para sempre, pois de “homem bom” foi alçado à categoria de fidalgo, reconhecido pela Coroa portuguesa não apenas em títulos próprios da fidalguia, mas nos mais diversos privilégios possíveis a um homem no século XVIII, dos quais ele não abriu de nenhum. Se houve um “homem bom” na comarca serrana que soube tirar proveito dos descobrimentos de pedras preciosas, este homem foi Bernardo da Fonseca Lobo. Seus pedidos se tornaram ordem para a Coroa portuguesa, que fez de tudo para agradar e satisfazer seu fiel vassalo.

Bernardo da Fonseca Lobo não apenas descobriu os diamantes, ele usou seu privilégio para impor seus desejos de ocupar os mais altos postos nobiliárquicos dos “homens bons” na Comarca do Serro do Frio. Ele soube como poucos usar seu título de descobridor dos diamantes, acionando a Coroa portuguesa por inúmeros requerimentos nos quais pedia a mercê de renovados cargos e funções. Por outro lado, o ouvidor-geral da época Antônio Rodrigues Banha também usou seu poder e autoridade para ampliar sua importância na estrutura governamental na capitania de Minas Gerais. Muitos “homens bons” se apoderaram das terras diamantíferas usando seus cargos e privilégios, opulência e influência no Senado da Câmara, na Comarca do Serro do Frio e no cotidiano das minas serranas.

Depois do anúncio oficial de 1729, em poucos anos, por volta de 1731, a Demarcação Diamantina já estava totalmente regulada pela Coroa portuguesa, com regimentos próprios e com seu aparato militar voltado para o controle dos pretensos descaminhos dos diamantes, somado agora aos descaminhos do ouro. Nunca foi tão bom ser um “homem bom” como na

primeira metade do século XVIII, ocupando cargos nobiliárquicos na Comarca do Serro do Frio, na Demarcação Diamantina, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição (o vigário era o mais bem remunerado da capitania de Minas Gerais) ou no Senado da Câmara. Ouro, diamantes e muitos privilégios reais.

Não por acaso, em 17 de outubro de 1733, Bernardo da Fonseca Lobo, residindo na Vila do Príncipe, já com o cargo de sargento-mor, requereu a d. João V a mercê do foro de fidalgo da Casa Real, do posto de capitão-mor da dita Vila do Príncipe, da Superintendência-geral e da Alcaidaria do Serro do Frio, do ofício de tabelião e de dois hábitos da Ordem de Cristo, para quem se casar com suas duas irmãs órfãs (BOSCHI, 1998, p. 110, n. 1946; p. 120, n. 2130; p. 126, n. 2258).

No dia 12 de abril de 1734, o descobridor dos diamantes no Tijuco recebeu a patente de capitão-mor da Vila do Príncipe e a propriedade do ofício de tabelião da mesma vila. No dia 08 de outubro do mesmo ano, enviou requerimento à Coroa portuguesa pedindo para nomear um serventuário no ofício da Vila do Príncipe, do Serro do Frio (BOSCHI, 1998, p. 120, n. 2130).

Em 16 de março de 1735, chegou à Lisboa o requerimento de Luís Lopes Falcão Pereira de Castro, pedindo provisão, por um ano, para servir no ofício de tabelião da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio, nomeado pelo proprietário Bernardo da Fonseca Lobo (BOSCHI, 1998, p. 126, n. 2258).

No dia 23 de março de 1747 outro requerimento de Bernardo da Fonseca Lobo, agora cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor vitalício da Vila do Príncipe, solicitava a d. João V a mercê de fazê-lo donatário, regente e governador da dita Vila do Príncipe e sua Comarca do Serro do Frio, com todos os privilégios pertencentes aos capitães-mores (BOSCHI, 1998, p. 212, n. 3960).

Em 30 de outubro de 1750 o descobridor dos diamantes agora capitão-mor da Vila do Príncipe, solicitou a d. João V a mercê de passar provisão declarando que nas festas e funções públicas podia ter assento debaixo do arco da igreja (BOSCHI, 1998, p. 241, n. 4544). O último requerimento dele que se tem notícia datado de 07 de janeiro de 1752 solicitava a permissão para poder lavrar ouro nas suas terras, que a essa altura se espalhavam pelo imenso território doado pela Coroa portuguesa na Comarca do Serro do Frio (BOSCHI, 1998, p. 254, n. 4820).

A trajetória de vida de Bernardo da Fonseca Lobo, “homem bom”, reinol, descobridor dos diamantes demonstra como funcionava o gesto pedagógico colonial em seus fundamentos econômicos, que de certa maneira era referendado pelo sistema das mercês: a retribuição da Coroa portuguesa para os descobridores de ouro e de diamantes, achados necessários para aumentar os rendimentos reais na colônia brasileira, era imediata e proporcional aos seus ganhos a longo prazo. A Coroa portuguesa exaltava as personalidades desses “homens bons” à medida de seu interesse, ou seja, destacando a centralidade desses homens na sociedade colonial, destacava a si mesma, pois toda autorização para a exploração do ouro e dos diamantes era uma derivação do monopólio real e os reis portugueses não abriam mão desta propriedade altamente lucrativa para seus cofres.

Exaltar os “homens bons” com cargos de grande projeção social era apenas uma parte do gesto pedagógico colonial da Coroa portuguesa que sabia tirar o mesmo poder e autoridade quando quisesse e lhe fosse interessante, como havia feito com o descobridor das minas do Serro do Frio, assassinado a mando do governador Conde de Assumar por não se prestar mais aos seus interesses. Por isso, Bernardo da Fonseca Lobo soube como poucos explorar seu privilégio de “homem bom” da elite serrana para potencializar ainda mais sua autoridade local. Não houve um título que estivesse a seu alcance que ele não tenha solicitado à Coroa portuguesa.

Dessa forma, quando analisamos o caso do descobridor dos diamantes, compreendemos com maior lucidez como se constituíam as sociabilidades no interior do gesto pedagógico colonial. É que a economia do diamante, muito mais que a economia anterior, a do ouro, centralizou ainda mais a autoridade e o poder nas mãos de poucos “homens bons”. Mais que isso: os interesses do padroado, o funcionamento do sistema das mercês e o constante recurso ao escravismo para o trabalho nas minas de ouro ganharam novos contornos, nunca vistos no Brasil colonial. O arraial do Tijuco passou a disputar mercado com a Índia. Novos acordos, renovados compadrios. A elite dos “homens bons” das serranias não queria ficar fora da festa dos diamantes. Contudo, a Coroa portuguesa não abriu mão da propriedade das terras diamantíferas. Antes, criou um intrincado sistema de exploração da pedra preciosa transparente, centrado na figura dos contratadores.

Chiquinha Leite na “Atenas do Norte” do século XIX

A independência do Tijuco de seu passado colonial ocorreu antes da brasileira. Liberdade alcançada pelo juramento de d. João VI à Constituição das Cortes. O Brasil rompeu sua ligação com sua antiga metrópole de maneira radical em 07 de setembro de 1822. O governo da nação, por sua vez, prosseguiu com os portugueses, mesmo que indiretamente, pois o filho de d. João VI, o imperador Pedro I, declarou o autogoverno. É por isso que no século XIX o arraial do Tijuco passou por muitas transformações que aparentemente, em olhar mais panorâmico, evidenciaria certa desestruturação da economia do diamante. Parece-nos, ao contrário, que apenas a superfície social foi abalada, mas a estrutura econômica muito pouco mudou.

No oitocentos, a economia do diamante estruturou novas sociabilidades necessárias para compor o gesto pedagógico imperial. Novo governo, nova ordem, novos comportamentos, novas relações sociais, outras possibilidades para a instrução pública. Antes, porém, de adentrarmos no gesto pedagógico imperial da economia do diamante e expor o pano de fundo da constituição das sociabilidades de Chiquinha Leite, é necessário verificar a oscilação econômica no século XIX e que afetou a vida dos moradores do Tijuco ou cidade Diamantina. Partimos do excelente estudo de Martins (2014, p. 77), sobre as flutuações econômicas do diamante, segundo o qual:

A extração de diamantes nas lavras do Alto Jequitinhonha apresentou, no século XIX, fases bastante distintas que variaram da euforia ao desalento. Se se considera os volumes de produção e os preços do diamante, as mudanças na legislação minerária e os padrões de organização das lavras, pode-se propor a seguinte periodização para a atividade no Oitocentos: a) 1808 a 1832 – Primeira crise do diamante; b) 1832-1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante e; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora.

A periodização da economia do diamante anteriormente apresentada mostra que a vida de Chiquinha Leite e de seus familiares ligados ao comércio local teve momentos de euforia e desalento, prosperidade e de decadência, agitação e letargia. Oscilações rápidas nas formas de organização da vida diária. Isso talvez explique o motivo de Chiquinha ter se dedicado ao magistério da escola mista de primeiras letras de Três Barras, a fim de garantir, minimamente, uma fonte de renda anual para além das atividades comerciais. Sua nomeação para a colocar escola em Três Barras por volta de 1880 coincide com a segunda crise do diamante. Por conta disso, Chiquinha mobilizou sua rede de contatos e conquistou sua nomeação provincial.

A proposta a partir desse momento é que nos atenhamos não mais aos pressupostos da economia do diamante, mas especialmente ao cotidiano da vida dos diamantinenses no século XIX. O objetivo é descrever minimamente e com brevidade como as heranças do gesto pedagógico colonial e o recém-criado gesto pedagógico imperial aparecem nas colunas do jornal *O Jequitinhonha*, em especial dos números da coleção da Biblioteca Nacional que com algumas perdas, fornecem um panorama das condutas ético-morais dos moradores da cidade Diamantina no período de 1860 a 1872. Nestes doze anos, Chiquinha Leite vivia em Diamantina, interagia com os eventos públicos, comercializava seus produtos, frequentava as lojas para comprar tecidos, sapatos, joias, secos e molhados. Ela via pessoas próximas morrerem, assistia às missas para evocar juntamente com o padre o *Libera-me*, sabia das notícias populares que passavam de boca em boca. Foi nesta Diamantina da segunda metade do oitocentos que Chiquinha se tornou professora de primeiras letras.

Atenas do Norte, ou melhor, cidade Diamantina³. Não sabemos quem criou o título. Tudo leva a crer que o autoelogio espalhado aos quatro ventos em jornais e livros apareceu por força da reorganização das elites locais na segunda metade do século XIX. A antítese de Atenas seria Esparta. Esparta seria a antiga Vila do Príncipe, capital da Comarca do Serro do Frio aonde residia o ouvidor-geral e desembargador, aonde estava estabelecido o Senado da Câmara com seus oficiais e a cadeia pública, aonde funcionava a Casa da Real Fundição do Ouro. No Serro vivia o vigário da vara e o pároco responsável pela freguesia do termo da Vila do Príncipe. Impostos, prisões, correições, denúncias, derramas, tudo acompanhado por militares com autorização para prender e devassar as propriedades. Mais que isso: no oitocentos, a elite diamantinense não queria mais pautar o passado colonial. Novos tempos, novos ares. Nada de dependências regionais com a Vila do Príncipe, ou melhor, Esparta.

Agora, a Atenas do Norte estava livre – Atenas era a deusa da sabedoria, da civilização, das artes, da justiça e da inspiração dos gregos antigos – para alçar seu voo de

³Santiago (2016, p. 93-119) dedicou longo estudo sobre as intensões das elites locais em apelidar Diamantina de Atenas do Norte. Destaque para suas conclusões sobre os motivos, na p. 118: 1^a) os escritores, pensadores e políticos ilustres, que ali nasceram ou viveram; 2^a) o muito que se escreveu sobre Diamantina; 3^a) cidade-escola; 4^a) título de patrimônio da humanidade; 5^a) vocação democratizante e liberalizante; 6^a) bipolarização de Diamantina em relação ao Serro, existente desde os tempos do Tijuco e da vila do Príncipe, que monopolizavam distintas funções na economia política colonial da vasta comarca do Serro Frio. Além disso, o autor destaca a polarização liberal (luzias) versus conservadora (saquarema), por conta da disputa política regional, em que os liberais do antigo Tijuco atacavam a política mandonista do conservador visconde do Serro do Frio, Cruz Machado. Contudo, o autor se esqueceu que os luzias surgiram por conta da revolta liberal de 1842 capitaneada pelo serrano Teófilo Ottoni. Ver: Souza, 1993.

progresso e de modernização, expandido sua forma de organização social, cultural, escolar e principalmente comercial para o Norte de Minas. Um voo em direção a um extenso território. É que segundo Martins (2014, p. 108), “o que os políticos chamavam Norte de Minas, por volta de 1860, abrangia as comarcas do Serro (municípios de Serro, Diamantina e Conceição), Jequitinhonha (Minas Novas e Araçuaí), Rio Pardo (Rio Pardo e Grão Mogol) e São Francisco (Montes Claros, São Romão e Januária). Incluía também as matas do Suaçuí, Doce e Turvo”.

Uma passagem por algumas datas da história de Diamantina nos permite entender melhor o ufanismo da elite da Atenas do Norte a partir da segunda metade o oitocentos.

Em 1831, o antigo arraial do Tijuco (o nome significa lama podre) tornou-se oficialmente “vila” Diamantina (o diamante de qualidade apresenta pureza e transparência) pelo decreto de 13 de outubro de 1831, juntamente com São Manuel da Pomba, Curvelo, Rio Pardo, São Romão, São Domingos do Araxá, Pouso Alegre, Lavras do Funil, Formigas (MINAS GERAIS, 1983, p. 7-8). No decreto previu-se a criação da Câmara Municipal. Pela primeira vez o governo local seria dado aos herdeiros dos “homens bons” do setecentos, já com eleições diretas dos homens qualificados na paróquia.

No dia 07 de março de 1838, através do decreto provincial assinado pelo presidente de Minas Gerais José Cesário de Miranda Ribeiro a recém-criada vila Diamantina recebeu o título de cidade, juntamente com São João del Rei, Sabará e Serro (MINAS GERAIS, 1838, p. 17-18). Na prática, as vilas coloniais – Sabará, São João del Rei e Serro – já haviam criado suas câmaras municipais desde 1828, por conta da publicação da Lei de 1º de outubro de 1828 que deu nova forma aos antigos senados da câmara, marcando suas atribuições, assim como o processo para a sua eleição e dos juízes de paz. A autonomia política local do antigo arraial do Tijuco estava definitivamente garantida por administradores locais. Isso concretizou, de alguma forma, a passagem dos “homens bons” que serviram de oficiais na Vila do Príncipe – não houve de fato muitos na história do senado da câmara serrano – para os “vereadores eleitos” pelo voto popular. Uma mudança e tanto no antigo sistema das mercês colonial, agora necessitando de novos acordos dentro do gesto pedagógico imperial. Saiu de cena a Coroa portuguesa, entrou em cena o imperador do Brasil residente no Rio de Janeiro.

Faltava concretizar a passagem do padroado real colonial para uma nova atmosfera imperial. Nesse ponto, a elite da cidade Diamantina soube articular como poucos a sua

escolha para sede da nova diocese, demandada pelas mudanças nos territórios das comarcas e também pela necessidade de atendimento mais adequado aos fiéis católicos. O processo seguiu lentamente, a passos de tartaruga. Anunciada pela publicação da bula *Gravissimum Sollicitudinis*, do Papa Pio IX, de 06 de junho de 1854, confirmando a criação feita pela Lei Imperial n.º 693, de 10 de agosto de 1853 a diocese. O primeiro bispo nomeado era do Rio de Janeiro, padre Marcos Cardoso de Paiva. Alegou por duas vezes problemas de saúde e não assumiu o posto de bispo da nova cidade episcopal mineira. O processo se arrastou até o dia 02 de fevereiro de 1864, quando assumiu o cargo d. João Antônio dos Santos (irmão de Felício dos Santos), sagrado apenas em 01 de maio e que na sua direção permaneceu até 1905. Parece-nos que o impulso para a criação da cidade episcopal derivou de um processo anterior, ocorrido em 1819, quando o antigo arraial do Tijuco cortou seus laços eclesiásticos com a paróquia serrana, da qual dependia desde 1713 e teve o direito reconhecido à sua paróquia de Santo Antônio da Sé. O primeiro vigário a assumir a direção da freguesia do Tijuco foi o padre Sebastião José de Almeida, entre os anos de 1823 a 1843 (COUTO, 1954, p. 192).

A primeira demarcação do termo das minas do Serro do Frio – as minas que deram origem à cidade do Serro – de fato se deveu à tentativa da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro em estabelecer os limites de atuação dos vigários da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, criada com grau de encomendada em 1713 por ordem do bispo dom frei Francisco de São Jerônimo. Havia grande disputa entre os bispos da Bahia e de Pernambuco. Venceu o bispo do Rio de Janeiro. O território serrano era conhecido por sua freguesia. A história dos vigários paroquiais nas minas do Serro do Frio pode ser dividida em três momentos fundamentais para suas funções pastorais: o primeiro antes da criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, de 1702 até 1713, em que predominaram freis e frades de Pernambuco e da Bahia; e outros dois momentos, de 1713 a 1724 quando funcionou como paróquia encomendada e o último, de 1724 até 1821, quando recebeu quatro padres colados proprietários de seu território e de seu rebanho de fiéis devotos. Este período foi marcado pela transição entre seu pertencimento da paróquia serrana à Diocese do Rio de Janeiro até 1745 e depois à Diocese de Mariana, a partir de 1745 até 1854 quando passou a pertencer à Diocese de Diamantina, até os dias atuais.

A segunda demarcação territorial serrana se deu com a criação da Comarca do Serro do Frio, desmembrada da Comarca de Sabará e cuja capital era a Vila do Príncipe, administrada pelo Senado da Câmara, espaço de atuação dos oficiais, os “homens bons”. A criação da comarca serrana mudou a forma inicial que se consolidara em torno do Senado da Câmara. Até então havia os oficiais da câmara e o vigário da vara para administrarem a justiça secular – cível e criminal – e a justiça eclesiástica com ramificações na Diocese do Rio de Janeiro e sua vigararia-geral, o bispo e o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A partir da criação em 1720 da Comarca do Serro do Frio com sede na Vila do Príncipe uma nova instituição, a ouvidoria, surgiu centrada na atuação do ouvidor-geral. Por agora devemos nos ocupar de explicar como o Senado da Câmara lidou com o ouvidor e seus poderes e autorizações. Quem primeiro apresentou esta tensão inicial foi o dr. Dario:

Estas minas do *Serro do Frio* pertenciam a *Sabará*. Feita a *Vila do Príncipe*, continuou a pertencer jurídica e militarmente a *Sabará* como metrópole, sob sua *correição*. Tinha uma Senado da Câmara com seu presidente semestral e como tal juiz ordinário no cível e no crime. Não obstante, juridicamente esta a Vila sujeita à jurisdição e correição do doutor ouvidor sabarense como a princípio militarmente estava sujeita ao capitão-mor de lá! A comarca de Sabará era pois muitíssimo vasta e além disto muito turbulenta, como dela diz muito justamente o doutor Diogo. De modo que não foi suficiente a medida administrativa da ereção de vilas em *Caeté* e *Serro do Frio*. Além disso, em 1720, por exemplo, as rendas do Senado da Câmara somaram 240 oitavas de ouro; pois bem: somente com o doutor ouvidor de Sabará, daí vindo em correição, foram gastas 196 e meia oitavas. Lá se foi quase tudo! Impôs-se, pois, a criação de novas comarcas amputadas à Sabará. Em 17 de fevereiro desse ano foi criada a comarca do *Serro do Frio*, tendo como cabeça a *Vila do Príncipe*, ereta em 29 de janeiro de 1714, assim se operando a nossa completa autonomia administrativa e judiciária, se assim era possível falar-se (SILVA, 1928, p. 29-30, grifos do autor).

Os moradores litigantes do arraial do Tijuco dependeram dos Auditórios do ouvidor-geral da comarca serrana de 1720 até 1833 quando a Comarca do Serro do Frio tornou-se apenas Comarca do Serro compreendendo os termos da Vila do Príncipe, Tijuco e Curvelo. Essa foi a Resolução de 30 de junho de 1833. Apenas no dia 15 de novembro de 1873, a Lei n. 2.002 criou-se a Comarca de Diamantina desmembrada da Comarca do Serro. Uma coisa, contudo, era ter a criação da comarca no papel, outra, era ter um juiz de direito nomeado e residente na cidade. Isso só ocorreu de fato, em 22 de maio de 1892. Como vimos anteriormente, o testamento do major José Leite Teixeira, irmão de Chiquinha Leite teve seu

documento apreciado e aprovado por um tabelião e por ocasião da sua morte a abertura ficou por conta do juiz de direito interino que lhe deu cumprimento e reconhecimento oficiais.

A Atenas do Norte recebeu também a alcunha de cidade-escola. Nada mais correto para uma cidade cujo desejo principal era se destacar pela sabedoria de seus filhos, ao estilo dos gregos antigos clássicos. O investimento na instrução pública pelas elites locais do antigo arraial do Tijuco – e estamos falando das lutas políticas internas e externas para a ampliação da rede de ensino público e privado – parece ter alcançado sucesso notável apenas na segunda metade do oitocentos. A herança do gesto pedagógico colonial pesava ainda sobre os ombros do Tijuco ainda por volta de 1814, quando estavam abertas oficialmente as cadeiras de Gramática Portuguesa e Latina, regidas pelo mestre Antônio Manuel de Mendonça e pelo padre Manuel da Costa Viana. A maioria das aulas de primeiras letras ou alfabetização eram particulares, em escolas domiciliares como era o costume. Assim,

Não foi à toa, que, aos olhos do político Nelson de Senna, Diamantina integrava, ao lado de cidades como Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei, um dos poucos polos que movimentavam a vida urbana, política e cultural em Minas Gerais. Na virada do século XIX para o XX, políticos, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes de todo o norte de Minas convergiam seus olhares para Diamantina. Nesse sentido, a cidade destacou-se no cenário regional principalmente pela expansão do setor de serviços, em função da concentração de órgãos de administração pública e eclesiástica. Por exemplo, em 1864, a cidade tornou-se sede da Arquidiocese, contribuindo para ampliar sua área de influência sobre o norte mineiro. Ainda manteve instituições de ensino, como o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado na década de 1860 [1867], e o Seminário Episcopal, criado a partir da escola Ateneu São Vicente de Paula [sic] (escola criada pelas elites locais na década de 1850 [1852]), que foram responsáveis pela educação de moças e moços de boa parte do norte de Minas e da Bahia. Na virada do século, Diamantina recebia muitos doentes oriundos do norte e nordeste do estado em razão de possuir um Hospital de Alienados, uma Santa Casa de Caridade de Santa Isabel e o Hospital de Nossa Senhora da Saúde. Além disso, mantinha um número de médicos e farmacêuticos acima da média do estado. Na cidade, ainda ficavam as sedes do 3º Batalhão de Polícia, da subadministração dos Correios e da Repartição Geral dos Telégrafos (instaladas em 1905), das Coletorias Federal e Estadual e a administração dos terrenos diamantinos (ALCÂNTARA E SILVEIRA, 2018, p. 192).

João Ignácio e d. Inácia, pais do major Leite Teixeira e da professora Chiquinha Leite criaram seus filhos numa cidade Diamantina com bastante oferta de instrução pública ou aulas públicas (remuneradas pelo Império) e aulas particulares (pagamento pelos contratantes). Os irmãos Leite Teixeira dispunham de recursos para estudarem nas melhores escolas, e como vimos anteriormente, o major ostentava uma biblioteca científica que pretendeu vender desde

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.6, n.1, e-580, 2022.

que permanecessem algumas obras necessárias para que suas filhas pudessem progredir nos estudos.

O major Leite Teixeira ao que tudo indica estudou no Ateneu São Vicente de Paulo, criado em Diamantina em 1852 para a educação dos meninos e dos moços. Os organizadores da escola foram Serafim José de Menezes, mais tarde reconhecido pelo Império como Barão de Araçuaí e o cônego João Antônio dos Santos, segundo bispo nomeado e primeiro efetivo da Diocese de Diamantina. O Ateneu funcionou antiga Casa do Contrato, tendo pertencido ao contratador de diamantes Felisberto Caldeira Brant, e que posteriormente tonou-se em Palácio Diocesano e onde também foi aberto o seminário diocesano. De fato, o Ateneu deu lugar ao seminário em 1864, servindo de “sementeira” para a instituição de formação de meninos, moços e candidatos ao sacerdócio católico. O Ateneu funcionou de 1852 até 1863.

O colégio Ateneu era uma empresa privada que pretendia financiamento público, o que se comprova por reiterados pedidos ao governo local para remeter solicitações à assembleia provincial a fim de criar a Sociedade Auxiliadora da Instrução. Pouco, contudo, conseguiu seu diretor dr. Lucindo Passos, a não ser “a incorporação da cadeira pública de Latim e do curso de 2º grau da instrução primária” (MOURÃO, 1959, p. 175) da cidade. A província estava preparando seus cofres para os gastos com a criação efetiva da nova diocese. Não resta dúvida que os criadores do Ateneu inventaram a alcunha de “Atenas do Norte” para Diamantina. Em Atenas, um ateneu. Professores de peso na construção do discurso modernizador e progressista da elite diamantinense: o cônego João dos Santos lecionou filosofia, geografia e cosmografia, Joaquim Felício dos Santos assumiu as aulas de Português e Francês e Francisco de Sales Queiroga, Matemática, além de outros, como Manuel José Lourenço, Vicente de Figueiredo e o padre Amador dos Santos.

O Ateneu serviu para destacar Diamantina no cenário da instrução pública do Norte de Minas. Um serviço fundamental para as elites locais, necessitadas de reorganizarem-se adequadamente para a disputa dos novos cargos públicos que pudessem garantir o bem-estar de seus filhos, fossem cargos eletivos, por nomeação ou concurso público. Como não havia ensino superior no Norte de Minas, o Ateneu e o Seminário auxiliaram no trânsito de jovens em formação acadêmica para outras localidades como Ouro Preto, São Paulo, Olinda, Recife de onde retornaram muitas vezes afamados por ideias modernizadoras e progressistas.

É interessante a relação que d. João dos Santos mantinha com seu amigo d. Viçoso da Diocese de Mariana, de cujo desmembramento surgiu o território da nova diocese diamantinense. Dom Viçoso – sagrante do bispo de Diamantina – já havia experimentado a aceleração da pedagogia moralizadora incentivada pela presença das Filhas da Caridade em Mariana. As irmãs de caridade como eram conhecidas, especializaram-se em oferecer rigorosa administração de orfanatos para meninas e moças, além de colégios específicos para este público e hospitais. O braço masculino da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo era reconhecido na Europa pela administração dos seminários, especializados na formação dos novos padres. O recém-empossado bispo de Diamantina não pensou duas vezes e os contratou para assumirem a coordenação pedagógica do seu seminário. Era um padrão de excelência impensável alguns anos atrás pelas elites de Diamantina. Padres formados na Europa e ligados ao Colégio do Caraça. O mesmo bispo contratou também as irmãs para criarem um orfanato e o colégio Nossa Senhora das Dores, em 1867.

Assim, em 26 de junho de 1866 aportaram no Rio de Janeiro algumas irmãs da caridade destinadas à Diamantina, “de acordo com o contrato que o Bispo D. João havia feito com o Padre João Batista Etienne, Superior Geral, residente em Paris; do Rio de Janeiro para Diamantina vieram as irmãs em companhia do Padre Bartolomeu Sípolis” (MOURÃO, 1959, p. 275).

Rapidamente, o colégio entrou em funcionamento com uma matriz curricular invejável para os padrões da instrução escolar daquela época, previsto para alcançar as meninas e moças de acordo com a abertura de novas turmas por progressão anual. Eram ofertadas aulas de Catecismo, Primeiras Letras, Português e Francês, matemática Elementar, Geografia e Cosmografia, Pedagogia e Metodologia, Desenho Linear e Figurado, Costura e Bordados, História Sagrada e Profana, Física, Botânica e Química, Música Vocal e Instrumental, teórica e prática. Dessa forma, “vê-se a preocupação da formação de futuras professoras, com os estudos de Pedagogia e Metodologia” (MOURÃO, 1959, p. 275).

Uma questão a ser levantada em nosso estudo é saber qual teria sido o percurso formativo da Chiquinha Leite até chegar a assumir através de concurso público e sua nomeação oficial o cargo de professora efetiva na escola mista de Três Barras por volta de 1880. Ex-aluna do Colégio Nossa Senhora das Dores, Chiquinha não possuía o diploma de normalista da instituição (isso só ocorreu com as alunas do curso depois de 1904).

Contudo, como explica Mourão (1959, p. 276), havia em Diamantina uma Escola Normal oficial (1878-1894), “onde as alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores prestavam exames para adquirirem o título de normalista”, sendo que “tal situação valorizava muito o estabelecimento, pois sem ser oficial, assegurava, com esses exames, um diploma de professora às suas alunas. Dessa maneira, a Escola Normal de Diamantina, a oficial, específica para formação de professores tinha sido criada pelo artigo n. 6 da Lei 2.476, de 09 de novembro de 1878, e estava em funcionamento já em 07 de fevereiro de 1879 (MINAS GERAIS, 1892, p. 30)⁴.

A autorização para a certificação das alunas do colégio das irmãs da caridade, processo do qual se beneficiou Chiquinha Leite era garantida pelo Regulamento n. 84, de 21 de março de 1879, em seu artigo 2º, parágrafo 7º. Nele está escrito que cabia ao inspetor geral ao qual estavam subordinados todos os estabelecimentos públicos de instrução, incluindo os particulares, “presidir aos concursos dos candidatos ao professorato, verificar as provas de capacidade profissional que tenham exibido perante as escolas normais, e apreciar a sua capacidade moral” (Minas Gerais, 1879, p. 2-3).

A confirmação dessa possibilidade de convalidação dos estudos de Chiquinha Leite veio com a publicação da Lei n. 2.560, de 03 de janeiro de 1880, que estabeleceu que para os exames de obtenção de títulos de normalistas independente de matrícula e frequência das aulas do respectivo curso, poderiam ser prestados em todo tempo e em qualquer lugar das escolas normais da província de Minas Gerais:

Art. 1º – Os exames para obtenção de títulos de normalistas, independente de matrícula e frequência em aulas do respectivo curso, poderão ser prestados pelos cidadãos que os requererem, em todo tempo e em qualquer das escolas normais da Província, devendo tais exames ser vagos e sobre todas as matérias que constituem o curso normal.

§ Único – Serão unidos às provas escritas de tais exames os votos motivados dos examinadores e com o parecer de respectivo diretor serão remetidos ao inspetor geral, que os submeterá ao juízo de um dos membros do conselho diretor, o qual emitirá acerca das provas exibidas pelos candidatos e do juízo dos examinadores, aceitando-o ou modificando-o, e declarará por escrito os motivos que justifiquem o parecer (MINAS GERAIS, 1878-1881, p. 51).

⁴ Ver: Morley, 2019, p. 217. A escritora diamantinense estudou nesta escola normal e conta em seu diário detalhes de sua vida escolar, como o início das aulas, exames, disciplinas e compara a mesma com o Colégio Nossa Senhora das Dores.

Chiquinha Leite apresentou-se para o exame diante da banca de professores da Escola Normal e saiu diplomada e apta para concorrer a uma cadeira de instrução pública primária em Três Barras. E isso mudou totalmente a sua vida.

Conclusão

Na história de Diamantina, cidade natal de Chiquinha Leite, sabemos que em 1729, instalou-se a economia do diamante. Economia estruturante de sociabilidades da desigualdade social. Com as restrições de acesso à Demarcação Diamantina, para mais ou para menos dependendo da vontade dos intendentos, houve enorme concentração de renda por conta do privilégio real dado aos contratadores de diamantes, todos eles portugueses. As conexões do Tijuco com o mundo aumentaram ainda mais com os diamantes. Sua disputa comercial era com os mercados de Golconda, na Índia. Os escravos dos contratadores – no papel 600, na prática até 4.000 homens – chegavam das rotas do Atlântico Sul, embarcados em portos estratégicos da África, abastecendo a rede comercial jamais antes vista de tráficos de pessoas que prosseguiu em grande parte do oitocentos apesar das proibições internacionais.

Contudo, como afirma Martins (2014, p. 181), “a posição de Diamantina como capital regional tinha pés de barro”. A economia do diamante sempre mostrou seus pés de barro. Ela se ergueu na desigualdade social extrema da escravidão e no fatiamento populacional em camadas muito pobres, uma extensa ralé. Fala-se muito dos homens opulentados pelo diamante, contam-se histórias de seus feitos, dedicam-se biografias arrojadas a seu respeito. Isso, como sabemos, é um espesso véu: tendemos a fixarmos apenas na superfície do fenômeno, rasgando elogios aos grandes feitos dos homens ilustres, reforçamos o mito da ação individual. A economia do diamante foi um empreendimento coletivo que envolve populações inteiras – em Diamantina, em Portugal, na África, na Comarca do Serro do Frio – em torno de pedras preciosas encravadas no leito dos rios e como tal sempre houve os que ganharam muito, os que ganharam um pouco ou nada. Para um grande homem havia milhares de dependentes. A dependência das grandes fortunas mostra que a economia do diamante nunca dividiu recursos, promoveu o desenvolvimento social pleno, abriu portas para o combate à pobreza e mesmo à escravidão.

Não é de se estranhar que a Diamantina do oitocentos girasse ainda como no setecentos em torno da economia do diamante, em suas crises recessivas e euforias

momentâneas de crescimento afetando toda sua população. Os pés de barro da desigualdade social nunca foram alterados. Assim, Martins (2014, p. 173) coloca a pergunta fundamental para a compreensão do gesto pedagógico imperial centrado na extração diamantífera:

A “economia do diamante” gerou fortunas consideráveis no território da antiga Demarcação, projetou Diamantina como maior entreposto atacadista e polo cultural do Norte de Minas e, também, impulsionou a diversificação da economia local no período 1870-1920, sustentando a abertura de firmas industriais, comerciais e de serviços que atuaram no vasto espaço econômico do sertão do São Francisco e das matas do Leste. Dinâmica e historicamente relevante, a “economia do diamante” articulou áreas interioranas e diversas atividades produtivas, para as quais ofereceu condições de acumulação de capitais e de efetivação de transformações sociais. E gerou uma plêiade de empresários ousados. Para um observador coevo, Diamantina parecia seguir na mesma direção de algumas regiões de produção agrária de exportação no país. Assemelhava-se em muitos aspectos aos domínios do “complexo cafeeiro”. Teria havido, então, um “capital diamantino e um complexo econômico regional baseado na mineração?”

Evidente que sim, houve constante reinvestimento dos recursos da extração do diamante nos negócios da Atenas do Norte. Muitos homens da elite do Empório do Norte deslocaram para suas lojas varejistas e atacadistas – muitas ofereceram crédito para seus clientes – recursos da mineração. Outros ganharam indiretamente com a circulação de pessoas e grandes somas de dinheiro na cidade. Mas assim como a economia do diamante tem pés de barro, os grandes empreendimentos industriais do antigo Tijuco – muitas vezes calcados em visão social coerente com o contexto – também apresentavam seus pés de barro. O dinheiro circulava e voltava, acumulando-se na maioria das vezes nas mesmas mãos que tiravam diamantes. Se o diamante cessava, o ciclo entrava em colapso. Segundo Martins (2014, p. 110, grifos nossos):

No comércio diamantinense do período 1870-1920, o que salta aos olhos é a diversidade de tipos e dimensões econômicas das empresas constituídas na cidade. Havia lojas e armazéns para todo tipo de freguês, rico ou pobre, simples ou de gosto refinado. E existiram algumas sociedades mercantis que adquiriram bastante destaque. Entre os anos 1850 e 1880, predominou a empresa Almeida Reis & Cia. Na década de 1860, surgiu a casa comercial Motta & Cia., que seria a maior da região nos primeiros decênios do século seguinte. Entre os anos 1880 e 1890, a firma Antônio Eulálio & Cia. foi a mais poderosa da cidade, desaparecendo em razão da morte de seu proprietário. No início do século XX, também se destacaram as empresas Ramos, Guerra, Araújo & Cia., José Neves Sobrinho & Irmão e Duarte & Irmão. *Essas grandes firmas diamantinenses estiveram envolvidas com a exploração mineral, a compra, venda e lapidação de diamantes,*

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.6, n.1, e-580, 2022.

empreendimentos industriais, prestação de serviços públicos e até o desempenho de funções bancárias, além do atacado e varejo de mercadorias diversas.

As sociabilidades nas serranias desde 1702 haviam sido formadas no gesto pedagógico colonial e estruturaram o gesto pedagógico imperial cuja desnaturalização da escravidão foi sendo colocada nos jornais e no cotidiano político brasileiro pelos abolicionistas e seus simpatizantes com maior vigor após a publicação da Lei do Ventre Livre de 1870 e seus regulamentos. A abolição era questão de tempo. Mas o que estamos tentando demonstrar é que um jornal porta-voz do partido liberal aceitava naturalmente anúncios de escravos fugidos em suas páginas, ao mesmo tempo que publicava notícias alvissareiras da emancipação por alforria.

Fica claro a esquizofrenia dos argumentos: afinal, os liberais queriam ou não a abolição, ou tinham receio de que a escravidão acabasse de vez com os lucros da economia do diamante?

O que vemos é que o medo de perder os recursos vultosos do diamante impunha contradições políticas.

Era necessário agradar a gregos e troianos. Talvez a questão central é que assim como em Atenas a Grécia antiga, a “Atenas do Norte” dependia do escravismo para manter-se ilustrada, rica e liberal. Assim, é importante verificar espaços possíveis entre tradição e contradição em que a história se movimenta:

As estratégias desenvolvidas não devem ser vistas como um projeto predeterminado, como um conjunto de ações coerentes e homogêneas por parte das elites. Ao contrário, esses grupos parecem mover-se a partir de tensões características entre a tradição – no sentido das permanências de uma antiga cultura política, baseada principalmente nas reações pessoais – e a mudança, entendida não apenas como a emergência de novas conjunturas externas ao grupo, mas ainda relativas à própria dinâmica das redes às quais pertenciam (MARTINS, 2007, p. 430).

Mas, então, como a professora Chiquinha Leite se situava nesta sociedade diamantinense dividida entre liberais e conservadores, entre abolicionistas e escravistas, entre defensores da instrução pública por um lado e os fiscais da moralidade pública do outro? Chiquinha Leite viveu de acordo com os padrões da sua época. Não foi protagonista de rupturas. Não foi feminista de primeira hora, nem republicana histórica. Ela queria apenas manter seu rendimento anual que lhe possibilitasse certa autonomia para realizar suas

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.6, n.1, e-580, 2022.

transações comerciais, lecionar suas aulas e comprar suas joias. Ela foi uma professora e negociante diamantinense herdeira do passado das instituições. Nas brechas do patriarcado, acabou conquistando seu espaço de atuação social na escola de Três Barras. Dessa forma, como nos lembra Martins (2007, p. 405),

É preciso considerar que as rupturas verificadas na história das instituições não necessariamente implicam descontinuidade nessas relações, que permanecem guardadas e protegidas por uma cultura cujo tempo de mudança é mais longo do que aparenta.

Chiquinha Leite sabia dos problemas da instrução pública brasileira agravadas em Diamantina por conta das distâncias entre as principais cidades – entre Diamantina, Serro e Minas Novas havia um universo de pequenos arraiais e povoados sem escolas de primeiras letras ou ensino primário elementar, fundamentalmente dependentes destas cidades e da movimentação política local –; sabia que caso se tornasse de fato uma professora, necessitaria manter-se inteligente para comerciar a fim de manter seus rendimentos anuais, devido às incertezas das precárias remunerações pagas pelo seu serviço de alfabetizar meninos e meninas. O jornal *O Jequitinhonha* que ela lia semanalmente – seu irmão fazia parte do grupo dos liberais da cidade – não deixava dúvidas sobre as mazelas imperiais da instrução pública. Nem todo o Brasil era uma “Atenas do Norte”:

Já não pretendemos aludir aos ensinos secundários, e que são lidos nos Seminários. Lyceus e Academias. Mais apropriadamente cabe semelhante censura quanto à instrução primária que se aprende nas escolas. A verdade desta só proposição bastaria para atirar um labéu de acusação contra o segundo reinado. O que resulta da *política imperial* de nosso moderno Augusto, no tocante à instrução do país é o assombro que lhe incute nalma o cultivo intelectual do povo. Tem medo da luz; quer antes as trevas sombrias que porjeta a ignorância das massas. Sua majestade só pode enxergar ao alonge! Grande fogueira cercada de espessas trevas. [...] fl. 2 A instrução precisa ser introduzida no paiz se não for pelo governo, seja ao menos pelos cidadãos. No dia em que todos soubermos ler, o despotismo estará no chão (BIBLIOTECA NACIONAL, *O Jequitinhonha* n. 7, 12/12/1869, fl. 1, grifos do autor).

Depois de conhecermos o gesto pedagógico colonial herdado no oitocentos transmutado em gesto pedagógico imperial, falta-nos, infelizmente, adentrar na casa de Chiquinha Leite pela porta da frente. Precisamos vasculhar um pouco mais os móveis da casa onde morou e trabalhou, onde leu seus livros e atendeu seu primeiros alunos e aluna.

Contudo, trata-se de outra história. Neste artigo nosso objetivo foi demonstrar como a economia do ouro e do diamante operaram estruturalmente na instrução pública do Tijuco e especialmente dentro dessa moldura que foi possível a trajetória de Chiquinha Leite no magistério.

Referências

ALCÂNTARA, Carolina Paulino; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Diamantina e o estigma do sertão: o olhar das elites diamantinenses sobre a cidade e o sertão norte mineiro durante a Primeira República. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.1, jan.-jul., 2018, p. 177-198.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornais**. O Jequitinhonha n. 7, 12/12/1869, fl. 1.

BOSCHI, Caio. C. (Coord.). **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Volumes 1, 2, 3. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162>

COUTO, Soter. **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

FARIA FILHO et al. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. **A escola e seus atores: educação e profissão docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 53-87.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Conquistadores e negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina**. Uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais, século XIX. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.

MINAS GERAIS. **Collecção de leis da Assembléa Legislativa da província de Minas Geraes: 1878-1881**. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1882.

MINAS GERAIS. Coordenadoria de Cultura. **Sesquicentenário de elevação do Tijuco a Vila Diamantina**. 1831-1981. Belo Horizonte: Coordenaria de Cultura/Imprensa Oficial, 1983.

MINAS GERAIS. **Leis mineiras**. Volume 4. Parte Primeira. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1838.

MINAS GERAIS. **Relatório Geral da Secretaria do Interior**. Redigido por Dr. Francisco de Almeida Brandão. Ouro Preto: Arquivo Público Mineiro, 1892.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTIAGO, Luís. **Tempos de Diamantina**. Pedra Azul: Edição do Autor, 2016.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. **Memória sobre o Serro antigo**. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SOUZA, José Moreira. **Cidade: momentos e processos**. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX. São Paulo: Anpocs/Marco Zero, 1993.

Recebido em: maio/2022.
Aprovado em: agosto/2022.